CCI Informa

2022

Ano III – Edição 04 – abril 2022

O presente material informativo da Auditoria Interna (CCI) tem o intuito de compartilhar conhecimentos e boas práticas em gestão pública com a comunidade da UFBA, tendo como principal fonte o Ementário de Gestão Pública – EGP.

Normativos

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PORTARIA Nº 1.328 DE 25 DE MARÇO DE 2022.
Divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal relativo ao mês de fevereiro de 2022, outros demonstrativos da execução orçamentária e respectivas notas explicativas.

GOVERNANÇA e TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 19, DE 4 DE ABRIL DE 2022.
Institui o Modelo de Governança e Gestão – Gestão.gov.br, visando elevar o nível de maturidade das práticas de governança e de gestão dos órgãos e entidades que operacionalizam parcerias por meio da Plataforma +Brasil.

SUSTENTABILIDADE e RESÍDUOS SÓLIDOS

DECRETO Nº 11.043, DE 13 DE ABRIL DE 2022.
Aprova o Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Julgados, pareceres e súmulas

REPUBLICAÇÃO DO EDITAL

ACÓRDÃO Nº 470/2022 – TCU – Plenário.
9.6. cientificar (...) sobre as seguintes irregularidades (...), a fim de preveni-las: (...)
9.6.2. ausência de republicação do certame, com a concessão de novo prazo de 30 dias, após modificados os itens 5.4.5.1 e 5.4.6 do edital, contrariando o art. 21, § 4º, da Lei 8.666/1993; [...]

AUDITORIA INTERNA

ACÓRDÃO Nº 383/2022 – TCU – Plenário.
1.6. recomendar à Controladoria-Geral da União, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que:
1.6.1. induza a utilização do e-Aud por parte das unidades de auditoria interna das Ifes, para fins de monitoramento do cumprimento de recomendações decorrentes dos trabalhos de auditoria;
1.6.2. oriente as unidades de auditoria interna das Ifes quanto à utilização dos termos relativos aos status das recomendações constantes da IN CGU 5/2021, que devem constar dos Planos e Relatórios Anuais de Auditoria (art. 19, §1º, da referida Instrução Normativa); e
1.6.3. estude a viabilidade de criação de módulo aberto de consultas no sistema e-Aud, ou da inclusão no Portal Brasileiro de Dados Abertos, ou da utilização de qualquer outro meio que julgar mais adequado, a fim de promover a transparência das informações relativas ao monitoramento e acompanhamento da implementação das recomendações (da CGU e das unidades de auditoria interna das Ifes) pelas unidades auditadas.

PESQUISA DE PREÇOS

ACÓRDÃO Nº 1332/2022 – TCU – 2ª Câmara.
1.8.1. promover o envio de ciência preventiva e corretiva (...) para evitar a recorrência das

irregularidades ora identificadas (…) e, especialmente, das seguintes falhas: (…)
1.8.1.5. realização da pesquisa de preços sem a avaliação dos preços praticados pela administração pública nas contratações com a utilização dos recursos federais em desacordo, desse modo, com o art. 15, V, da Lei nº 8.666, de 1993, e com o art. 2º, § 1º, da então vigente Instrução Normativa MP-SLTI n° 5, de 2014, a partir da manutenção pelo art. 5º, § 1º, da recém publicada IN Seges-ME n.º 73, de 2020, sugerindo a priorização do painel de preços das contratações similares pelos outros entes públicos em detrimento da pesquisa publicada na mídia especializada e nos sítios eletrônicos, especializados ou amplos, além de cotações junto a fornecedores; [...]

Informativos, atos e publicações científicas

CONTROLES INTERNOS e COMPLIANCE

O sistema de controle interno para um efetivo programa de Compliance.
"[...]Para que a organização possa aumentar sua capacidade de alcançar os objetivos operacionais, corporativos e estratégicos, os quais devem alinhado a sua missão, ela precisa contar como um processo de gerenciamento de riscos, o qual, proativamente, olha para o futuro, conhece os eventos que possam impactar sua operação, identificam os riscos e suas causas, avalia a magnitude e define o tratamento adequado para que possa manter os riscos dentro dos seus níveis aceitáveis, isto é, alinhado ao seu apetite a risco definido."

INOVAÇÃO

Gestão da inovação no setor público: a importância da administração de competências e habilidades de servidores inovadores.
"O presente estudo objetivou analisar o referencial teórico acerca da inovação, em especial inovação no setor público e, a partir disso, propôs um compilado de competências e habilidades dos servidores capazes de nortear as práticas de inovação no setor público.".